

# Brasil agora espera os US\$ 9 bi

*Secretário do Tesouro norte-americano apóia acordo fechado com o FMI e acredita que o País vai alcançar as metas fiscais*

Daniela Mendes  
Correspondente  
Com agências

**N**ova York — O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, divulgou ontem uma nota anunciando que recomendará à diretoria executiva da instituição a aprovação do novo programa econômico definido para o Brasil. A diretoria tomou conhecimento informalmente ontem das novas metas previstas para o País no âmbito do acordo a ser implementado no período 1999-2001.

O novo programa só será examinado oficialmente pela diretoria executiva do Fundo no final de março ou início de abril, quando então a segunda parcela de US\$ 9 bilhões do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões poderá ser liberada para o Brasil. Este é o tempo para o Congresso Nacional aprovar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), pois o Fundo não quer ser surpreendido novamente. Em dezembro passado, no dia da aprovação das bases do acordo com o FMI o Congresso rejeitou a medida que criava a contribuição dos servidores inativos, um dos principais pontos do ajuste fiscal.

Após a divulgação do acordo entre FMI e Brasil, o secretário do Tesouro norte-americano, Robert Rubin, também soltou uma nova declaração de apoio ao país. Rubin lembrou que o Brasil pretende exceder tanto as metas fiscais quanto as de redução da dívida acertadas com o FMI no ano passado.

“Acreditamos que uma firme e sustentada implementação deste programa pode preservar a estabilidade financeira, salvaguardar as conquistas alcançadas pelo Plano Real e lançar bases sólidas para restaurar a confiança e recobrar o crescimento”, declarou Rubin.

Na nota divulgada, o secretário do Tesouro disse também que o Brasil irá discutir com instituições financeiras

internacionais privadas formas de receber apoio ao acordo e afirmou que “a participação substancial dos credores do setor privado brasileiro é importante para o programa econômico do Brasil”. Rubin acrescentou ainda que, nesse contexto, os Estados Unidos estão prontos a, junto com o FMI e outros países ricos, ajudar o Brasil.

De acordo com Camdessus, os elementos-chave do novo programa são o aperto fiscal e uma política monetária firme. Juntas, essas duas variáveis devem conter o impacto nos preços da desvalorização do real na primeira metade do ano e facilitar o declínio da taxa de inflação anualizada para menos de 10% no final de 1999.

“Embora haja a previsão de redução do PIB (Produto Interno Bruto) entre 3,5% e 4% este ano, há a expectativa de que o programa vá lançar as bases para uma recuperação sustentada para o 2000. Enquanto isso, a confiança é restaurada e as restrições de financiamento externo são aliviadas”, afirmou Camdessus.

No final da nota, ele diz que as autoridades brasileiras vão voluntariamente procurar os bancos credores para buscar apoio. “Este esforço é essencial para o sucesso do programa”, finalizou Camdessus.

O escritório de representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) confirmou no início da noite de ontem que a instituição aprovou, em reunião de diretoria realizada em Washington, dois financiamentos para o Brasil no valor de US\$ 3,4 bilhões. Esses recursos fazem parte da parcela do BID no pacote de ajuda internacional ao Brasil montado pelo FMI, que soma cerca de US\$ 41,5 bilhões.

De acordo com a assessoria de imprensa do BID no Brasil, serão destinados US\$ 2,2 bilhões do total para a área social e US\$ 1,2 bilhão serão repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empréstimos a pequenas e médias empresas.

Alexander Zemlianichenko/ AP



Camdessus: os elementos-chave do novo programa brasileiro são o aperto fiscal e uma política monetária firme